



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E
ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE GRAVATAÍ**



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2006

12 – CONTADOR

Nº de Inscrição

Nome do Candidato

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS.
Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem a prévia autorização da FAURGS.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAÍ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E
ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE GRAVATAÍ**



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2006

GABARITO APÓS RECURSOS

12 – CONTADOR

01.	A	11.	A	21.	D	31.	E
02.	C	12.	C	22.	B	32.	B
03.	A	13.	C	23.	C	33.	D
04.	D	14.	D	24.	C	34.	B
05.	B	15.	B	25.	C	35.	C
06.	E	16.	E	26.	B	36.	D
07.	E	17.	B	27.	E	37.	A
08.	D	18.	A	28.	A	38.	E
09.	D	19.	A	29.	D	39.	C
10.	D	20.	E	30.	C	40.	A

01. Verifique se este CADERNO DE PROVA corresponde ao Concurso Público para o qual você está inscrito. Caso não corresponda, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
02. Esta PROVA consta de 40 questões objetivas.
03. Caso o CADERNO DE PROVA esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
04. Para cada questão objetiva existe apenas **uma** alternativa correta, a qual deverá ser assinalada, com caneta esferográfica, de cor azul ou preta, na FOLHA DE RESPOSTAS.
05. Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa FOLHA a partir do número 41 serão desconsideradas.
06. Durante a prova, não será permitido ao candidato qualquer espécie de consulta em livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem o uso de telefone celular, transmissor/receptor de mensagem ou similares e calculadora.
07. Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal da sala.
08. A duração da prova é de **03 horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
09. O candidato somente poderá retirar-se do recinto da prova após transcorrida 1 (uma) hora do seu início.
10. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.

Boa Prova!

Instrução: As questões **01** a **10** referem-se ao texto abaixo.

01 Não águas poluídas na Baía de Guanabara
02 naquele tempo. Muito menos havia o Piscinão de
03 Ramos. Estamos em julho de 1952, e a Praia de
04 Ramos, situada no caminho do Rio de Janeiro dos
05 subúrbios, é um lugar aprazível. Não tem o encanto
06 das praias da Zona Sul nem é lugar para ricos e
07 poderosos, como Copacabana, mas oferece condições
08 para um honesto banho de mar. É sábado, faz sol.

09 Um carro estacionado em frente à praia provoca
10 um princípio de alvoroço. "Será ele? Sim, é ele."
11 Ninguém menos que o presidente da República,
12 Getúlio Vargas, descia do carro e, de terno e gravata,
13 caminhava em direção à praia. As pessoas
14 rapidamente procuravam disfarçar a seminudez dos
15 maiôs com as peças de roupa de que conseguiam
16 lançar mão. Como se era respeitoso e pudico em
17 1952! Os próprios presidentes da República, em anos
18 posteriores, não se incomodariam em se deixar
19 fotografar em calção de banho. Naquele tempo, o
20 presidente vinha de terno à praia, e as pes-
21 soas, mesmo que estivessem entregues à folga de
22 um fim-de-semana à beira-mar, sentiam-se, ao
23 divisá-lo, na obrigação de se comporem.

24 Acompanhado pelo grupinho que descera com ele,
25 Getúlio avançou areia adentro, sorrindo. Em seguida,
26 narra Flávio Tavares, que esteve presente à cena, or-
27 denou alguma coisa e o grupinho se afastou. Ele ficou
28 sozinho, longos minutos em silêncio, olhando o mar.
29 Depois, abaixou-se, agarrou um punhado de areia e
30 deixou-a deslizar-lhe pelos dedos. Alguns curiosos,
31 devidamente cobertos, tinham se aproximado. O pre-
32 sidente despediu-se de um a um, deu as costas e vol-
33 tou para o automóvel. As pessoas desvencilharam-se
34 dos trapos que lhes socorrido a pudicícia e volta-
35 ram à escassez dos trajes de banho.

36 O que há de extraordinário nessa cena é que ela
37 não tem nada de extraordinário. O presidente nela se
38 apresenta sem a pompa do poder. Permite-se um
39 momento de homem comum. E, no entanto, quanto
40 mistério naquele singelo desejo de parar um momen-
41 to em frente ao mar e sentir a areia nas mãos. Getúlio
42 tinha então 69 anos. Estava no segundo ano de seu
43 segundo período como presidente e dois anos
44 e um mês de encontrar no suicídio a solução para
45 o beco em que os inimigos de emparedá-lo.
46 Naquele sábado, ele sentiu – por que será? – ne-
47 cessidade de, por um instante que fosse, deter-se
48 só na praia, tendo diante dos olhos a imensidão do
49 mar e a experimentar, nas mãos, a pequenez da
50 areia, antes de seguir caminho.

Adaptado de: TOLEDO, R. P. de. Olhos no mar, areia nas mãos. Veja, 18 de agosto de 2004.

01. Assinale a alternativa que preenche adequadamente as lacunas das linhas 01, 34, 43 e 45, respectivamente.

- (A) havia – haviam – a – haveriam
- (B) haviam – havia – há – haveria
- (C) havia – havia – à – haveriam
- (D) havia – haviam – a – haveria
- (E) haviam – havia – há – haveriam

02. Segundo o que diz o texto, é surpreendente que

- (A) houvesse banhistas naquele tempo na Praia de Ramos.
- (B) o presidente da República fosse de terno e gravata à praia.
- (C) Getúlio viesse à praia simplesmente pelo desejo de contemplar o mar e experimentar a sensação da areia nas mãos.
- (D) os banhistas ficassem constrangidos com a própria indumentária ao encararem ninguém menos que o presidente.
- (E) se permita, hoje em dia, que os presidentes sejam fotografados em traje de banho.

03. A mesma regra determina o uso do sinal gráfico de acento em **poluídas** (l. 01) e na palavra

- (A) **Baía** (l. 01).
- (B) **subúrbios** (l. 05).
- (C) **aprazível** (l. 05).
- (D) **sábado** (l. 08).
- (E) **suicídio** (l. 44).

04. Abaixo, são propostas algumas alterações em períodos do primeiro parágrafo.

- I. deslocamento para o início da frase (com os ajustes de letra maiúscula) da expressão **naquele tempo** (l. 02), seguida de vírgula
- II. substituição da conjunção **e** (l. 03) por **onde**
- III. substituição de **nem** (l. 06) por **tampouco**
- IV. substituição da vírgula da linha 08 pela conjunção **e**

Quais delas manteriam a correção do período em que se encontram?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

05. Assinale a alternativa que contém sinônimos adequados para as palavras **honesto** (l. 08), **pudico** (l. 16), **escassez** (l. 35), no contexto em que aparecem.

- (A) puro – pudente – privação
- (B) decente – recatado – exigüidade
- (C) íntegro – tímido – falta
- (D) honrado – inocente – economia
- (E) digno – casto – ausência

06. As afirmações que seguem referem-se ao trecho "**Será ele? Sim, é ele.**" (l. 10).

- I. A seqüência em destaque procura concretizar para o leitor o alvoroço que se criava na praia.
- II. O emprego das aspas indica que o autor do texto está relatando o que teriam dito as pessoas naquele momento.
- III. Como recurso estilístico, o autor poderia ter substituído as formas verbais, **Será** e **é** por **Seria** e **era**, respectivamente. Neste caso, as aspas deveriam ser retiradas.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

07. Considerando a relação de significado que o período que se inicia na linha 19 mantém com o restante do parágrafo, qualquer uma das expressões abaixo poderia substituir **mesmo que** (l. 21), **EXCETO**

- (A) embora.
- (B) não obstante.
- (C) conquanto.
- (D) se bem que.
- (E) contanto que.

08. Assinale a alternativa na qual se faz uma afirmação **INCORRETA** sobre a pontuação do texto.

- (A) A vírgula na linha 20 separa duas orações coordenadas aditivas, em que o sujeito da segunda é distinto do sujeito da oração anterior.
- (B) A vírgula da linha 24 separa uma oração subordinada adverbial anteposta à oração principal.
- (C) As vírgulas na linha 26 demarcam uma oração adjetiva explicativa.
- (D) As vírgulas na linha 29 demarcam um aposto.
- (E) As vírgulas na penúltima linha do texto têm função de realce e poderiam ser suprimidas sem prejuízo à correção da frase.

09. Caso a expressão **as pessoas** (l. 20-21) fosse substituída por **o povo**, quantas outras palavras do mesmo período deveriam sofrer modificações relativas à concordância?

- (A) Uma.
- (B) Duas.
- (C) Três.
- (D) Quatro.
- (E) Cinco.

10. As afirmações que seguem se referem à crase.

- I. Caso substituíssemos a seqüência **esteve presente** (l. 26) por **presenciou**, seriam mantidas as condições para a crase.
- II. Caso substituíssemos **voltaram** (l. 34-35) por **retrocederam** (l. 34-35), seriam mantidas as condições para a crase.
- III. Caso substituíssemos a seqüência **se apresenta sem** (l. 37-38) por **se furta**, seriam criadas as condições para a crase.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

Instrução: Os dados do quadro abaixo servirão para as questões **11** e **12**.

RECEITA BRUTA DE VENDAS	937.274
DEDUÇÕES DAS VENDAS	309.706
CUSTO DAS VENDAS	427.924
TOTAL DO ATIVO	690.412
LUCRO LÍQUIDO	65.122

11. Considerando os dados acima, o Giro do Ativo será

- (A) 0,91.
- (B) 1,10.
- (C) 1,36.
- (D) 2,19.
- (E) 3,03.

12. Considerando os dados acima, a Margem Líquida será

- (A) 6,95.
- (B) 9,43.
- (C) 10,38.
- (D) 15,22.
- (E) 21,03.

13. Considere os dados do quadro abaixo.

ATIVO CIRCULANTE	35.000
PASSIVO CIRCULANTE	49.000
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	39.800
ATIVO PERMANENTE	38.700
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	36.700

O Grau de Imobilização de Recursos não Correntes correspondente será

- (A) 39,41.
- (B) 43,58.
- (C) 50,59.
- (D) 97,23.
- (E) 100,82.

14. Avalie os seguintes fatos ocorridos em uma empresa.

- I. compra de um Ativo Imobilizado, parte à vista e o saldo a prazo
- II. pagamento de uma multa decorrente de autuação
- III. recebimento de multa contratual por inadimplência de prazo
- IV. pagamento de uma duplicata no vencimento pelo seu valor de face
- V. recebimento de Clientes, no vencimento, pelo seu valor de face
- VI. apropriação da folha de pagamento do mês, com os encargos correspondentes

Considerando que os fatos acima representam Fatos Contábeis, é correto afirmar que

- (A) I, II e III são Modificativos e IV, V e VI são Permutativos.
- (B) I, II e III são Permutativos e IV, V e VI são Modificativos.
- (C) I, IV e V são Modificativos e II, III e VI são Permutativos.
- (D) I, IV e V são Permutativos e II, III e VI são Modificativos.
- (E) I, III e V são Permutativos e II, IV e VI são Modificativos.

15. A Resolução 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Considere os princípios a seguir.

- I. Entidade.
- II. Homogeneidade.
- III. Continuidade.
- IV. Oportunidade.
- V. Expressão Monetária.
- VI. Custo de Reposição ou de Mercado.
- VII. Registro pelo Valor Original.
- VIII. Atualização Monetária.
- IX. Competência.
- X. Prudência.
- XI. Valor Presente.

Pode-se afirmar que pertencem à Resolução citada os princípios de números

- (A) I, II, III, IV, V, VI e VII.
- (B) I, III, IV, VII, VIII, IX e X.
- (C) I, II, IV, V, VIII, IX, e XI.
- (D) II, IV, VI, VII, IX, X e XI.
- (E) III, V, VI, VII, VIII, X e XI.

Instruções: Os dados dos dois quadros a seguir servirão de base para as questões **16** a **18**.

BALANÇO PATRIMONIAL

GRUPOS	ANO DE ENCERRAMENTO		
	2003	2004	2005
ATIVO CIRCULANTE	4.900	5.000	4.100
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	100	200	200
ATIVO PERMANENTE	3.000	4.800	7.800
TOTAL DO ATIVO	8.000	10.000	12.100
PASSIVO CIRCULANTE	4.000	5.500	5.700
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	500	1.000	1.200
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.500	3.500	5.200
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.000	10.000	12.100

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

GRUPOS	ANO DE ENCERRAMENTO		
	2003	2004	2005
RECEITA BRUTA DE VENDAS	120.000	145.000	150.000
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	25.240	31.000	30.000
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	94.760	114.000	120.000
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	61.600	70.000	75.000
RESULTADO BRUTO OPERACIONAL	33.160	44.000	46.500
DESPEAS COM VENDAS	(18.600)	(19.400)	(15.000)
DESPEAS ADMINISTRATIVAS	(7.200)	(8.400)	(7.200)
DESPEAS FINANCEIRAS	(5.300)	(11.300)	(15.000)
LUCRO LÍQUIDO	2.060	4.900	9.300

16. Com relação ao montante de vendas para cada unidade monetária de investimentos total, pode-se afirmar que ele

- (A) manteve-se estável na comparação de 2004 com 2003 e também na correlação de 2005 com 2004.
- (B) melhorou na comparação de 2004 com 2003 e melhorou na correlação de 2005 com 2004.
- (C) piorou na correlação de 2004 com 2003 e melhorou na comparação de 2005 com 2004.
- (D) melhorou na comparação de 2004 com 2003 e piorou na correlação de 2005 com 2004.
- (E) piorou na comparação de 2004 com 2003 e também na comparação de 2005 com 2004.

17. Com relação à Rentabilidade do Ativo, pode-se afirmar que

- (A) melhorou na comparação de 2004 com 2003 e piorou na correlação de 2005 com 2004.
- (B) melhorou na comparação de 2004 com 2003 e também na comparação de 2005 com 2004.
- (C) piorou na correlação de 2004 com 2003 e melhorou na correlação de 2005 com 2004.
- (D) piorou na comparação de 2004 com 2003 e também na comparação de 2005 com 2004.
- (E) manteve-se estável na comparação de 2004 com 2003 e também na correlação de 2005 com 2004.

18. Com relação à composição do endividamento, pode-se afirmar que

- (A) melhorou na comparação de 2004 com 2003 e também na comparação de 2005 com 2004.
- (B) melhorou na comparação de 2004 com 2003 e piorou na correlação de 2005 com 2004.
- (C) piorou na correlação de 2004 com 2003 e melhorou na correlação de 2005 com 2004.
- (D) piorou na comparação de 2004 com 2003 também na comparação de 2005 com 2004.
- (E) manteve-se estável na comparação de 2004 com 2003 e também na correlação de 2005 com 2004.

19. A Lei 6404/76 define, com relação aos componentes do passivo, que estes serão avaliados de acordo com Critérios.

Considere os critérios abaixo.

- I. As obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, inclusive imposto de renda a pagar, com base no resultado do exercício, serão computados pelo valor atualizado até a data do balanço.
- II. As obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço.
- III. As provisões para perdas na realização de investimentos serão registradas tendo como base o valor de mercado vigente na data do balanço.
- IV. Os débitos junto a fornecedores serão reajustados a valor presente na data do balanço.
- V. Os débitos junto a empresas em regime falimentar serão registrados pelo valor de realização dos componentes patrimoniais da mesma.

Quais estão corretos?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas I, III e IV.
- (D) Apenas II, III, IV e V.
- (E) I, II, III, IV e V.

20. Assinale a alternativa que corresponde aos métodos de avaliação de estoques aceitos pelo fisco.

- (A) Média Ponderada.
- (B) PEPS e UEPS.
- (C) UEPS e Média Ponderada.
- (D) PEPS.
- (E) PEPS e Média Ponderada.

21. O Princípio Fundamental de Contabilidade da OPORTUNIDADE diz que os fatos contábeis deverão ser contabilizados

- (A) após a formalização do ocorrido junto à autoridade competente.
- (B) após a emissão de laudo para verificar o montante do prejuízo ou lucro.
- (C) após o recebimento dos documentos fiscais correspondentes.
- (D) quando de sua ocorrência, mesmo que a valores estimados.
- (E) após ser prolatada a sentença, no caso de demandas judiciais.

22. Segundo o artigo 7º da Lei 6404/76, "O capital social poderá ser formado com contribuições em dinheiro ou em qualquer espécie de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro."

Considerando essa lei, no caso de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro, deverá ser emitido laudo de avaliação por

- (A) dois peritos ou uma empresa especializada.
- (B) três peritos ou uma empresa especializada.
- (C) três peritos ou duas empresas especializadas.
- (D) um perito ou uma empresa especializada.
- (E) apenas três peritos.

Instrução: Para a solução das questões de números **23** a **25**, você poderá fazer uso, quando for o caso, das tabelas abaixo, nas quais se encontram resultados de cálculos de algumas fórmulas da Matemática Financeira, em especial com referência a juros compostos para pagamento único e para séries de pagamentos iguais (rendas certas ou anuidades). Escolha a alternativa mais próxima do resultado obtido. Quando for necessário converter unidades de tempo, considere que um ano tem 12 meses ou 360 dias e um mês, 30 dias.

Quantia individual ou pagamento único											
Fator de valor futuro ou de capitalização						Fator de valor presente ou de atualização					
$(1+i)^n$						$\frac{1}{(1+i)^n}$					
n	Taxa de juros no período					n	Taxa de juros no período				
	1,00%	2,00%	3,00%	4,00%	5,00%		1,00%	2,00%	3,00%	4,00%	5,00%
1	1,0100	1,0200	1,0300	1,0400	1,0500	1	0,9901	0,9804	0,9709	0,9615	0,9524
2	1,0201	1,0404	1,0609	1,0816	1,1025	2	0,9803	0,9612	0,9426	0,9246	0,9070
3	1,0303	1,0612	1,0927	1,1249	1,1576	3	0,9706	0,9423	0,9151	0,8890	0,8638
4	1,0406	1,0824	1,1255	1,1699	1,2155	4	0,9610	0,9238	0,8885	0,8548	0,8227
5	1,0510	1,1041	1,1593	1,2167	1,2763	5	0,9515	0,9057	0,8626	0,8219	0,7835
6	1,0615	1,1262	1,1941	1,2653	1,3401	6	0,9420	0,8880	0,8375	0,7903	0,7462
7	1,0721	1,1487	1,2299	1,3159	1,4071	7	0,9327	0,8706	0,8131	0,7599	0,7107
8	1,0829	1,1717	1,2668	1,3686	1,4775	8	0,9235	0,8535	0,7894	0,7307	0,6768
9	1,0937	1,1951	1,3048	1,4233	1,5513	9	0,9143	0,8368	0,7664	0,7026	0,6446
10	1,1046	1,2190	1,3439	1,4802	1,6289	10	0,9053	0,8203	0,7441	0,6756	0,6139
11	1,1157	1,2434	1,3842	1,5395	1,7103	11	0,8963	0,8043	0,7224	0,6496	0,5847
12	1,1268	1,2682	1,4258	1,6010	1,7959	12	0,8874	0,7885	0,7014	0,6246	0,5568

Série de pagamentos iguais (anuidades ordinárias ou postecipadas)											
Fator de valor presente de uma anuidade ordinária						Fator de recuperação de capital					
$\frac{(1+i)^n - 1}{i(1+i)^n} = \sum_{t=1}^n \frac{1}{(1+i)^t}$						$\frac{i(1+i)^n}{(1+i)^n - 1} = \left(\sum_{t=1}^n \frac{1}{(1+i)^t} \right)^{-1}$					
n	Taxa de juros no período					n	Taxa de juros no período				
	1,00%	2,00%	3,00%	4,00%	5,00%		1,00%	2,00%	3,00%	4,00%	5,00%
1	0,9901	0,9804	0,9709	0,9615	0,9524	1	1,0100	1,0200	1,0300	1,0400	1,0500
2	1,9704	1,9416	1,9135	1,8861	1,8594	2	0,5075	0,5150	0,5226	0,5302	0,5378
3	2,9410	2,8839	2,8286	2,7751	2,7232	3	0,3400	0,3468	0,3535	0,3603	0,3672
4	3,9020	3,8077	3,7171	3,6299	3,5460	4	0,2563	0,2626	0,2690	0,2755	0,2820
5	4,8534	4,7135	4,5797	4,4518	4,3295	5	0,2060	0,2122	0,2184	0,2246	0,2310
6	5,7955	5,6014	5,4172	5,2421	5,0757	6	0,1725	0,1785	0,1846	0,1908	0,1970
7	6,7282	6,4720	6,2303	6,0021	5,7864	7	0,1486	0,1545	0,1605	0,1666	0,1728
8	7,6517	7,3255	7,0197	6,7327	6,4632	8	0,1307	0,1365	0,1425	0,1485	0,1547
9	8,5660	8,1622	7,7861	7,4353	7,1078	9	0,1167	0,1225	0,1284	0,1345	0,1407
10	9,4713	8,9826	8,5302	8,1109	7,7217	10	0,1056	0,1113	0,1172	0,1233	0,1295
11	10,3676	9,7868	9,2526	8,7605	8,3064	11	0,0965	0,1022	0,1081	0,1141	0,1204
12	11,2551	10,5753	9,9540	9,3851	8,8633	12	0,0888	0,0946	0,1005	0,1066	0,1128

23. Qual é o valor que deve ser aplicado a uma taxa de juros compostos de 1% ao mês, para resultar em um montante de R\$ 7.000,00, após 10 meses?

- (A) R\$ 3.500,00.
- (B) R\$ 6.300,00.
- (C) R\$ 6.337,10.
- (D) R\$ 6.363,64.
- (E) R\$ 6.930,70.

24. Qual é a taxa de juros equivalente anual, em juros compostos, que corresponde à taxa de 5% ao mês?

- (A) 14,97%.
- (B) 60,00%.
- (C) 79,59%.
- (D) 88,63%.
- (E) 188,63%.

25. Uma empresa faz um financiamento junto a um Banco no valor de R\$ 100.000,00, a ser amortizado pelo Sistema de Amortizações Constantes – SAC, em 10 meses, a uma taxa de juros de 2% ao mês.

Qual é o valor da prestação que vence no segundo mês?

- (A) R\$ 10.000,00.
- (B) R\$ 11.130,00.
- (C) R\$ 11.800,00.
- (D) R\$ 12.000,00.
- (E) R\$ 12.190,00.

26. Nos termos da Lei Municipal nº 681/91, qual das seguintes hipóteses **NÃO** é forma de provimento em cargo público?

- (A) Nomeação.
- (B) Transposição.
- (C) Reversão.
- (D) Transferência.
- (E) Aproveitamento.

27. Segundo o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais de Gravataí, o prazo para o servidor entrar em exercício, contado a partir da data da posse, é de

- (A) 7 dias.
- (B) 7 dias úteis.
- (C) 10 dias.
- (D) 20 dias.
- (E) 30 dias.

28. A administração básica do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Gravataí – IPAG – é composta dos seguintes órgãos:

- (A) Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.
- (B) Conselho Consultivo, Superintendência-Geral e Conselho Fiscal.
- (C) Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Curador.
- (D) Conselho Consultivo, Diretoria Executiva e Conselho Curador.
- (E) Conselho Deliberativo, Superintendência-Geral e Conselho Fiscal.

29. Considere as operações abaixo.

- I. aquisição de títulos da dívida pública
- II. empréstimos aos seus associados, praticadas as taxas de juros de mercado
- III. aquisição de ações de empresas estatais ou de estabelecimentos financeiros vinculados ao poder público
- IV. operações em bolsas

Quais delas são permitidas para aplicação financeira das disponibilidades do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Gravataí – IPAG, nos termos da Lei Municipal nº 1053/96?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II e III.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

30. Com relação à gestão de aplicação dos recursos dos regimes próprios de previdência social, assinale a alternativa que apresenta as formas possíveis de desempenho.

- (A) Gestão própria ou gestão por terceiros
- (B) Gestão municipal ou gestão federal
- (C) Gestão própria, gestão por entidades credenciadas ou gestão mista
- (D) Gestão federal, gestão estadual ou gestão municipal
- (E) Gestão pública, gestão mista ou gestão privada por entidades delegadas

31. Com relação à Resolução do Banco Central nº 3.244, de 28 de outubro de 2004, relativa às aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios, é correto afirmar que

- (A) no segmento de renda fixa, os recursos em moeda corrente dos regimes próprios de previdência social podem ser aplicados, num percentual de até 15% (quinze por cento), em quotas de fundos de investimento de renda fixa, desde que uma agência classificadora de risco considere que se trata de alto risco de crédito.
- (B) o somatório das aplicações em títulos e ativos financeiros, inclusive aqueles de emissão do Tesouro Nacional, deve ser de 40% (quarenta por cento), sendo admissível a superação de tal percentual mediante autorização do Banco Central do Brasil.
- (C) no segmento de imóveis, as aplicações dos regimes próprios de previdência social são livres, sendo admissível a compra de imóveis, desde que respeitada a necessidade de prévia licitação, sendo, contudo, vedada, a aquisição de quotas de fundos de investimento imobiliário.
- (D) o gerenciamento da atividade de gestão da aplicação dos recursos dos regimes próprios de previdência social pode se dar por entidades credenciadas, ficando a aplicação dos recursos a cargo de instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Imobiliários para o exercício profissional de administração de carteira, sendo prerrogativa da autoridade a escolha das empresas, como ato discricionário, desde que não tenha parentes na gestão da empresa escolhida.
- (E) é vedada a utilização dos recursos dos regimes próprios de previdência social em gastos com manutenção de bens móveis e imóveis a eles vinculados, acima do limite anual de 2% (dois por cento) do valor total da carteira de imóveis.

32. Considere as afirmações abaixo sobre a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

- I. Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas, as multas e as contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- II. A proposta orçamentária conterà o programa anual atualizado dos investimentos, inversões financeiras e transferências previstos no Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital.
- III. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 1º de janeiro do exercício seguinte, distinguindo-se as processadas das não processadas.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

33. Considere as afirmações abaixo sobre as normas gerais de direito financeiro.

- I. São créditos adicionais, as receitas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
- II. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.
- III. A Dívida Ativa da União será apurada e inscrita na Procuradoria da Fazenda Nacional.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

34. Assinale a alternativa correta com relação às normas gerais de direito financeiro.

- (A) Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça, inclusive o imposto lançado por motivo de guerra.
- (B) São objeto de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato.
- (C) O lançamento da receita, ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal, é de competência exclusiva da União.
- (D) Não será admitida a compensação da observação de recolher rendas ou receitas com direito creditório contra a Fazenda Pública, sendo inconstitucional a lei que autorize a compensação.
- (E) A compensação da observação de recolher rendas ou receitas com direito creditório contra a Fazenda Pública é permitida, devendo ser efetivada diretamente pela autoridade fazendária.

35. Com relação à geração de despesa ou assunção de obrigação, a sua adequação não está sujeita ao seguinte requisito:

- (A) elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
- (B) declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) declaração de essencialidade, nos termos determinados pelo princípio da eficiência, com exame de viabilidade técnica, Estudo de Impacto Ambiental, sempre que for requerido em função da discricionariedade técnica, bem como aprovação por Decreto Legislativo.
- (D) dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.
- (E) compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

36. Com relação à despesa total com pessoal, nos termos da Lei 101/2000, é correto afirmar que, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, os gastos não poderão exceder a seguinte relação percentual da receita corrente líquida:

- (A) União, Estados e Municípios – 60%.
- (B) União, Estados e Municípios – 50%.
- (C) União – 50%; Estados – 55%; Municípios – 60%.
- (D) União – 50%; Estados – 60%; Municípios – 60%.
- (E) União – 55%; Estados – 65%; Municípios – 65%.

37. Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta instrumentos ou meios de assegurar a transparência da gestão fiscal, nos termos da Lei nº 101/2000.

- (A) Planos, orçamentos, leis de diretrizes orçamentárias e divulgação eletrônica de prestações de contas eleitorais, com o respectivo parecer prévio.
- (B) Prestações de contas, com o respectivo parecer prévio, Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Relatório de Gestão Fiscal.
- (C) Realização de audiências públicas durante a elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- (D) Ampla divulgação, inclusive através de meios eletrônicos dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias.
- (E) Participação popular e realização de audiências públicas para a discussão e elaboração dos orçamentos.

38. Considere as afirmações abaixo com relação ao Regime de Previdência Complementar, nos termos da Portaria MPAS nº 4.992, de 05 de fevereiro de 1999.

- I. É permitida a utilização de recursos do regime próprio de previdência social para fins de assistência médica e financeira de qualquer espécie.
- II. O servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, como empregado, estando excluído do regime a que se refere esta Portaria.
- III. É permitida a existência de mais de um regime próprio de previdência social dos servidores públicos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime próprio de previdência social em cada ente estatal, sempre que houver disposição constitucional autorizadora.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas II e III.

39. Para a concessão de benefícios previdenciários relativos ao regime de previdência complementar regulado pela Portaria MPAS nº 4.992, de 05 de fevereiro de 1992, é correto afirmar que

- (A) é vedada a celebração de convênio entre Municípios, mas admitida a celebração de convênio entre Municípios e Estados.
- (B) é vedada a formação de consórcios entre Municípios e Estados, mas é admitida a celebração de convênio entre Municípios e Estados.
- (C) é vedada a formação de convênios ou a formação de consórcios entre Estados e Municípios e entre Municípios.
- (D) é vedada a celebração de convênio e consórcio entre Municípios, mas admite-se a associação sempre que houver uma conurbação ou a emancipação inferior a 10 anos da vigência da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.
- (E) é permitida a celebração de convênios, consórcios e associação com a União, com o Estado a que pertence o Município e entre Municípios do mesmo Estado-Membro.

40. Com relação à Portaria MPAS nº 4.992, de 05 de fevereiro de 1999, no atual contexto constitucional e legal, é correto afirmar que

- (A) como o elenco do art. 16 é fechado (*numerus clausus*), as prestações devidas ao servidor são apenas a aposentadoria por invalidez, a aposentadoria por idade, a aposentadoria por tempo de contribuição, o auxílio doença, o salário-família e o salário-maternidade.
- (B) como o elenco do art. 16 é aberto (*numerus apertus*), a restrição dos benefícios à aposentadoria por invalidez, à aposentadoria por idade e à aposentadoria por tempo de serviço não impedem que o plano previdenciário contemple, em favor do servidor, o auxílio-doença, o auxílio-matrimonial, o salário-família, o vale-transporte, o salário-maternidade e o salário-paternidade, uma vez que os novos benefícios estão de acordo com as regras constitucionais.
- (C) como o elenco do art. 16 é fechado (*numerus clausus*), as prestações devidas ao dependente são apenas a pensão por morte, o auxílio-reclusão, o auxílio-doença e o vale-transporte.
- (D) como o elenco do art. 16 é aberto (*numerus apertus*), as prestações devidas ao dependente podem contemplar todas as hipóteses de inovação de acordo com os princípios constitucionais, podendo, portanto, instituir a pensão por morte, o auxílio-reclusão, o auxílio-doença complementar, o auxílio-adoção e a pensão por tempo de contribuição em favor de cônjuge, companheiro ou companheira, mesmo nas uniões entre pessoas do mesmo sexo, sem excluir os demais dependentes.
- (E) não se pode dizer que o elenco do art. 16 seja aberto (*numerus apertus*) ou fechado (*numerus clausus*), pois a atribuição de benefícios se resolve caso a caso, de acordo com os dados atuariais e as previsões do plano, desde que haja previsão legal, admitindo-se a atribuição de benefícios equitativos, como a pensão em casos de união de pessoas do mesmo sexo, a atribuição de pensão às filhas solteiras e a atribuição da pensão aos netos nos casos em que o servidor é arrimo de família, mas sempre decidindo-se o caso motivadamente, com parecer da Procuradoria do Município aprovado pelo Prefeito, nos termos da Lei Orgânica Municipal.